**O RACISMO INSTITUCIONAL COMO FATOR PREPONDERANTE PARA NÃO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO DOS QUILOMBOLAS NO PARÁ**

**Resumo**: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Quilombo e Universidade: Uma análise da política de ação afirmativa para quilombolas da Ufopa”, que vem sendo desenvolvida na linha de pesquisa denominada “Educação, Estado e Sociedade Amazônia” do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-UFAM). Tal investigação científica objetiva contextualizar as lutas sociais travadas a níveis nacional e institucional para construir o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) na Universidade Federal do Oeste do Pará. Sua problemática busca responder, como o PSEQ foi construído e quais as lutas travadas nos campos político e educacional para que ele fosse implementado. Para responder essas questões, ancoramos essa pesquisa no Materialismo Simbólico de Pierre Bourdieu na Sociologia da Ação Pública de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galèês. Sua abordagem é qualitativa e os dados analisados foram extraídos das pesquisas bibliográfica e documental. Esta pesquisa conta com apoio em forma de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Neste momento, os resultados mostram que essa política tem um papel crucial na busca da superação de uma universidade elitista, porque contribui não só para a inclusão dos quilombolas, que em nosso contexto vivenciam situações de desigualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior, mas também para a democratização da própria universidade, já que assegura uma concorrência menos desigual no acesso a esta instituição

**Palavras-chave**: Racismo Institucional, Educação Quilombola, Pará, Ação Afirmativa.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca fazer breves considerações que são tratadas no primeiro capítulo dessa dissertação em andamento, que apresenta debates acerca do racismo institucional como fator preponderante na efetivação dos direitos dos quilombolas de uma forma mais geral e aprofundar as discussões sobre o direito à Educação Quilombola no estado do Pará. Assim ressaltamos que apesar dessa investigação ter como objeto o PSEQ, nessa discussão não trataremos diretamente dessa política. Essa discussão sobre racismo institucional e quilombolas é fundamental principalmente quando se trata da luta pela consolidação de uma sociedade mais democrática possível. Essa afirmação vem em consonância às constantes discussões que se tem sobre a temática, quase sempre relacionadas à necessidade de se assegurar direitos fundamentais desse grupo social.

Esses direitos dizem respeito principalmente a questão territorial, tanto no processo de reconhecimento desses territórios quanto de proteção, uma vez que constantemente estão sendo ameaçados pelos interesses dos grandes proprietários de terra e dos empreendimentos privados de interesses estatais. Na esteira da questão dos direitos temos também discussões sobre o acesso aos bens sociais como educação, saúde, cultura, lazer etc. E um dos fatores apontados como principal na dificuldade de assegurar os direitos desses povos é o racismo institucional. Isso se dá porque no “nível institucional o racismo atua – em separado e/ou em intersecção com outras formas de opressão – reforçando e naturalizando formas de preconceito e discriminação que se materializam na indisponibilidade e redução do acesso a serviços e a políticas de qualidade, por fim produzindo e perpetuando desigualdades” (SANTOS, 2019, p.138)

E em se tratando da educação, que é o foco das discussões aqui realizadas, esse prejuízo também é perceptível nas políticas públicas implementadas, uma vez que estas quase sempre desconhecem ou desconsideram a realidade e os interesses dessa população, consequentemente não a beneficiando.

**METODOLOGIA**

A discussão possui abordagem qualitativa que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), se concentra na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais de um grupo social ou organização. Como fonte de dados, recorremos às pesquisas dos tipos bibliográfica, e documental, ambas utilizam documentos como objeto de informação, o que as diferencia é a fonte de informação, enquanto a documental dispõe de fontes primárias, a bibliográfica dispõe de fontes secundárias (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p.55). Tanto a abordagem quanto as fontes de dados foram escolhidos porque permitem a cobertura mais ampla da discussã

**RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO**

O racismo é uma construção social e histórica, constituindo-se como uma prática recorrente em nossa sociedade, perpetuado pela ideia de que existe raças e não somente, existe uma hierarquia racial. Essa hierarquia coloca a população branca como superior, constantemente privilegiada por esse ideal em todos os setores da vida nacional, seja no campo cultural, econômico, político, educacional etc. e as outras inferiores, constantemente negligenciadas, silenciadas e excluídas. Para melhor entendemos essa situação, é preciso definir o que é racismo e como se manifesta em nossa sociedade. Para tanto utilizaremos a definição de Santos (2019, p.137)

O racismo se constitui como uma ideologia que se expressa por meio das relações interpessoais e entre grupos, no modo como se estruturam e se desenvolvem as políticas públicas e seus programas e ações de implementação, através das estruturas governamentais e não-governamentais, e no modo como os Estados se organizam para conferir direitos e benefícios e prover serviços à população.(Santos, 2019p.137)

Em consonância a isso, Carvalho (2019) indica que o racismo é um sistema que se organiza e se desenvolve através de estruturas políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, e que atua em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. Tendo isso em vista, é possível compreender que o racismo tem sido um eixo norteador das relações e práticas sociais, em todos os níveis, porém nos deteremos no nível institucional.

O racismo institucional é manifestado por práticas institucionais que favorecem sempre uma determinada raça em detrimento de outras, no caso a branca. As práticas desenvolvidas pelas instituições são imbuídas por concepções e valores de um determinado grupo, que tanto faz, conscientemente ou inconscientemente acaba por marginalizar os demais. Almeida define Racismo institucional como sendo “[...] o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. ” (ALMEIDA,2019, p. 37,38).

Em se tratando da população quilombolas, traremos as considerações que evidenciam como o racismo institucional implica na dificuldade de efetivação dos direitos dos povos quilombolas de uma forma mais geral, e em um segundo momento, direcionaremos essa discussão para a questão educacional. A primeira consideração é feita por Macedo,

A ideia de racismo institucional nos auxilia na compreensão das dificuldades tanto em relação às barreiras ao avanço nos processos de titulação da terra quanto ao acesso às políticas afirmativas voltadas para essa população. A problemática acerca do reconhecimento social das comunidades quilombolas, quanto à dificuldade de comprovação da ocupação das terras, devido à exigência documental e à desconsideração das narrativas históricas e das memórias dos membros da comunidade, são elementos que revelam a presença do racismo institucional, contribuindo para a perpetuação da invisibilidade histórica dos quilombos. (Macedo et al. 2021, p.15)

Além dessa, Carvalho(2019) concluiu a partir de um estudo realizado em comunidades do recôncavo baiano que apesar da existência de leis e políticas afirmativas voltadas para a questão, prevalecem os interesses de grandes proprietários de terras e empreendimentos privados de interesse estatal configurando um ciclo cumulativo de danos e prejuízos a esses grupos.

Esse caso confirma que a efetivação de algumas políticas e direitos conquistados pelos quilombolas, tem esbarrado no racismo institucional. Uma vez que, o acesso as políticas destinadas a este grupo dependem do reconhecimento desse legal desse direito. Logo, a não efetivação do direito territorial, pode ser considerado estratégica por parte do Estado para não se comprometer com as demandas das 6.300 comunidades quilombolas presentes em todo território nacional.

No que tange a educação, em 2012 a Resolução nº 08/2012-CNE/CEB, estabeleceu a educação quilombola como uma modalidade nacional de ensino, cujo objetivo foi assegurar um processo educacional organizado em consonância com o contexto ao qual essa população está inserida, seja em áreas rurais ou urbanas. Apesar disso, os estudantes quilombolas do estado do Pará têm se deparado com desafios educacionais constantes na sua trajetória acadêmica.

O primeiro é a oferta desigual de escolas nas comunidades quilombolas. Isso é considerado um fator de exclusão educacional dessa população, visto que o número de escolas está muito aquém do quantitativo de quilombos presentes nesse estado. Segundo censo demográfico apresentado em 2020, são 516 comunidades quilombolas localizados no estado do Pará, porém, apenas 75 estão tituladas (IBGE, 2020).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), há 181 escolas situadas em territórios quilombolas no Pará. Isso significa que menos da metade dessas comunidades nesse estado dispõem de escolas. Além disso, muitas escolas nos quilombos oferecem apenas o ensino fundamental. Assim, para prosseguirem na escola, muitos estudantes precisam se deslocar para outros quilombos ou cidades próximas, o que demanda despesas que muitas vezes essas pessoas não têm como bancar (CONAQ, 2020, p.64). Além disso, as políticas educacionais implementadas nem sempre consideram as suas particularidades, como é o caso do Projeto Mundiar, que consiste no seguinte:

Do total de escolas atendidas pelo projeto Mundiar 63,08% estão no campo, os estudantes são matriculados a partir de 13 anos de idade, para cursarem o 6º e o 7º ano por um período de 24 meses e a partir dos 17 anos para cursarem, em 18 meses a primeira série do Ensino Médio. A metodologia consiste em de 15 minutos de vídeo-aulas de diferentes disciplinas, elaboradas pela Fundação Roberto Marinho, seguidos de atividades em sala de aula, mediada por um único professor. (MACHADO, HAGE, PEREIRA,2018, p.4)

Esse método de ensino é oposto ao objetivo da modalidade da Educação quilombola estabelecido em 2012, uma vez que não leva em consideração o contexto social ao qual os quilombolas estão inseridos. Por fim, os fatos citados denotam uma constante na realidade social dos quilombolas no Brasil, na qual existem leis que asseguram seus direitos, mas permeadas pelo racismo institucional acabam por não os efetivar.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O racismo enquanto prática institucional, consciente ou inconsciente, se desdobra nas tomadas de decisões, principalmente em termos de políticas públicas. Isso reflete nos processos burocráticos necessários a formalização do direito e proteção ao território quilombola e nas políticas educacionais implementadas que quase sempre desconhecem ou desconsideram a realidade e os interesses dessa população, consequentemente não as beneficiando.

No que tange a educação quilombola no Pará, percebemos que oferta desigual de escola e níveis de ensino são só alguns dos problemas que permeiam a realidade da educacional desses territórios. Porém ao fazer uma análise mais a fundo, ficou evidente que ela envolve questões mais complexas, como escolas sem estruturas de qualidades, currículos educacionais desconexos da realidade social, transporte etc, que embora não estejam sendo discutidas aqui neste trabalho estão presentes na vida desses estudantes. Apesar disso, é importante ressaltar que os quilombolas não estão omissos a essa realidade, pelo contrários os movimentos quilombolas tem adotadas estratégias de defesa desse direito. Uma iniciativa foi justamente a formação dos professores que atuam nesses territórios, mobilização e conscientização de jovens e mulheres quilombolas nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. Reflexões sobre experiências de racismo institucional e ambiental de comunidades remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n.31., p. 67-78, Jan-Jun. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo**. Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre:

Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo :Atlas,2002

HAGE, Salomão M.; MACHADO, J. C. N. ; PEREIRA, R. A. G. . **Educação escolar quilombola na amazônia paraense: perspectivas e impasses.** In: II Reunião da ANPED Norte, 2018, Rio Branco. Anais da II Reunião da ANPED Norte. Rio Branco: UFAC, 2018. v. 1. p. 1-6

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

PENHA,K.S; SILVA, G.M; MACHADO, M.C .**Quilombos e quilombolas na Amazônia: os desafios para o (re)conhecimento**.. – Brasília : ECAM/CONAQ, 2020

SANTOS, Sônia Beatriz dos. A área de saúde da mulher negra: considerações sobre racismo institucional. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n.31., p. 134-146, Jan-Jun. 2019